

Introdução

Da força à fraqueza do trabalho

Em 1983, o filósofo italiano Gianni Vattimo lançou um livro cujo título levava a marca de sua então nova proposta filosófica: o pensamento fraco. Mediante essa expressão o filósofo procurava dar uma resposta, ao mesmo tempo ética e epistemológica, à crise dos fundamentos “fortes” da metafísica ocidental. Vattimo estava convencido de que, graças à intuição de filósofos como Nietzsche e Heidegger, haviam se tornado insustentáveis os principais conceitos da metafísica, como o de um curso linear e unitário para a história; de verdade absoluta e correspondente aos fatos; e de certeza subjetiva, sustentada por um sujeito auto-centrado e racionalmente orientado.

Apoiando-se principalmente em Heidegger, Vattimo defende que a tradição metafísica ocidental corresponde a uma série sucessiva de esquecimentos da questão do ser. Nesta tradição, o ser é confundido com os “entes”, ou seja, é transformado em uma estrutura rígida, imutável, a-histórica e *a priori*. Transformado em ente, a tradição metafísica lhe atribui estabilidade na presença, isto é, eternidade, um caráter de “entidade” (aquilo que *é*). Como tal, adverte Vattimo (agora apoiando-se em Nietzsche), a metafísica pode ser rerepresentada como a tentativa de controle, opressão e domínio por parte dos sistemas simbólicos, conceituais ou teóricos das várias ciências que sobre ele se debruçaram.

Com sua proposta do pensamento fraco, Vattimo chama a atenção para a necessidade de retemporalizar o sentido do ser, de libertá-lo do jugo metafísico. Especificamente, de mostrar que *ser* é diferente de *ente*: enquanto este *é*, aquele *acontece*. Assim, o pensamento fraco remete a um processo de enfraquecimento do ser no sentido de desprendê-lo da tração metafísica. Não há uma essência, um fundamento, um *a priori* estável ao sentido do ser; enquanto acontecimento, ele é crivado pela historicidade, pela efemeridade, pela precariedade, pelo nascimento e pela morte, em suma, pelo tempo.

Desse modo, onde a tradição metafísica encontrava um “ser-ente”, um ser dado à presença, estável e objetivamente apreensível, Heidegger, na leitura de Vattimo, identificou a caducidade e a angústia. O pensamento fraco corresponde então à necessidade de remode-

lar o pensamento para que este reflita o abandono do princípio de fundamento metafísico da tradição ocidental por uma atitude hermenêutica, a qual se oriente em um contexto de ausência de garantias, certezas e verdades absolutas. Como diria Nietzsche, em um contexto no qual “Deus está morto” – entendendo por isso a morte concomitante das certezas transcendentais e absolutas.

Pós-modernidade e trabalho fraco

A proposta de Vattimo do pensamento fraco nos parece uma excelente ilustração do impasse em que a filosofia e toda a tradição ocidental envolveram-se a partir do final da aventura metafísica em que estiveram engajadas desde seus primórdios filosóficos, na Grécia antiga. Para muitos pensadores, incluindo Vattimo, o fim da metafísica pode ser localizado na transição da modernidade para a pós-modernidade.

De fato, nas últimas décadas – pelo menos desde o final dos anos de 1960 – o pensamento pós-moderno só se fez proliferar, não poupando praticamente nenhum campo do saber e da cultura, da filosofia propriamente dita à literatura; da arquitetura às artes; da psicologia à administração. Em vista disso, podemos dizer que a cultura ocidental vem cada vez mais se definindo e se identificando como uma cultura pós-moderna.

Em um sentido amplo, a pós-modernidade é a era da perda dos fundamentos. Essa perda se expressa, ao nível dos discursos e das práticas culturais, por meio de afirmativas que buscam destacar a fragilidade de nossas crenças, a instabilidade dos vínculos e das relações e a precariedade de nossos antigos sistema de valores. Um *frenesi* de mudanças e transformações parece ter se introduzido em nossos vocabulários cotidianos.

Adicionalmente, a perda dos fundamentos vem acompanhada de uma outra forma de descrever nossa época, à guisa do que propõe Vattimo: o *enfraquecimento* das estruturas fortes da modernidade. A referência primária, filosófica, é o enfraquecimento da estrutura forte do “ser” – na pós-modernidade, ao contrário do que acontecida no período anterior, moderno, o *ser* é definido de maneira provisória; enfatiza-se o acontecimento, as eventualidades, o reino do acaso e a diferença – não a continuidade, a permanência, a estabilidade e a mesmice. Isso implica que o “sujeito” correspondente a esse “ser” não é mais, na pós-

modernidade, definido de forma resoluto e duradoura, mas mediante termos freqüentemente contraditórios, emblemáticos, que realçam novas características tais como fluidez, indeterminação, risco, liquidez e outras características de *enfraquecimento* semelhantes.

Mas é sobretudo no registro prático que a pós-modernidade parece fazer-se mais evidente. Realmente, parece que as pessoas convivem, a todo momento em seu dia-a-dia, com apelos à mudança e ao abandono das certezas. No campo dos relacionamentos, por exemplo, a demanda cultural é para que os vínculos não sejam excessivamente “fortes” ou duradouros, quando então se acredita que as pessoas estão “querendo muito” uma das outras; a recomendação, ao contrário, é que haja leveza, vontade de “curtir o momento” e um misto de descompromisso emocional e transação afetivo-sexual baseada no prazer e na satisfação imediatas.

A narratividade cognitiva e afetiva do amor romântico, uma invenção moderna que solicitava dos amantes uma disposição mútua em cultivar sentimentos, adiar as gratificações e a submeter-se aos papéis sociais da instituição família, é progressivamente substituída pelo desejo de colecionar sensações, aventuras e desafios que patrocinem o auto-desenvolvimento e o gozo individuais. Para usar a metáfora de Vattimo, poderíamos dizer que hoje o amor é de tipo “fraco” – não no sentido de frágil ou débil pura e simplesmente, mas no sentido de algo desprezioso, aberto, diverso e sensível às múltiplas forças desestruturantes da pós-modernidade.

Um outro exemplo, sobre o qual gostaríamos de nos deter mais extensamente, é o do trabalho. O que significa pós-modernidade no campo do trabalho? Novamente em um sentido prático, significa que não deveríamos mais esperar por sua estabilidade, segurança e permanência – características pelas quais ele era retratado há pelo menos um século atrás. De agora em diante, nos é dito, devemos trocar de emprego como trocamos de roupa, sem fixação ou estagnação. Ser pós-moderno em matéria de trabalho é saber equilibrar um apego e compromissos tênues com a facilidade de realizar o luto pela ruptura do vínculo com a empresa. O vínculo depende de uma “cola” tão incerta quanto desempenho, resultados e facilidade de relacionamento.

É interessante constatar que o pensamento pós-moderno foi fortemente apropriado pelas organizações e por sua *intelligentzia* administrativa a ponto de tornar-se sua mais poderosa teoria de legitimação. Essa teoria defende a “morte” do trabalho tal como o conheci-

amos em sua forma “forte” (na modernidade): pleno-emprego, carteira assinada, garantia de ascensão social mediante progressão automática na empresa, estabilidade de direitos e deveres, estruturas sindicais e coletivas fortes e uma narrativa temporal na qual o indivíduo acumulava *experiência* e defendia um *lugar seu*.

Ainda de acordo com tal teoria, o trabalho depende agora de forças cujo comportamento está fora de nosso próprio controle: oscilações do mercado, saúde financeira e competitividade global e local das empresas, crescimento econômico de determinados setores, humor de grandes investidores ou acionistas e a dinâmica dos fluxos de capitais globais. Tais forças agem, elas também, no sentido de *enfraquecer* o trabalho, tornando-o suscetível às eventualidades, às possibilidades e, naturalmente, à incerteza.

Dada sua ampla disseminação pelas instituições pós-modernas, essa teoria do enfraquecimento do trabalho tornou-se um lugar-comum no ambiente corporativo tanto quanto na cultura de massa em geral. Entretanto, gostaríamos de realçar dois aspectos que parecem estar na base de tal enfraquecimento do trabalho. Em primeiro lugar, ele ocorre no âmbito de um enfraquecimento institucional movido pela necessidade de aumento de produtividade dos agentes econômicos. Em segundo, no âmbito de um enfraquecimento da relação moderna entre a identidade de uma pessoa e o trabalho que ela realizava – quer dizer, o enfraquecimento do papel do trabalho na construção da subjetividade.

Enfraquecimento institucional

No que diz respeito ao enfraquecimento institucional do trabalho, as teses são relativamente bem conhecidas, cabendo aqui apenas um esforço de síntese: primeiro, com o advento do que se convencionou chamar de sociedade pós-industrial, a produção em massa, baseada no uso de capital-trabalho e na fábrica regida pelos princípios do fordismo-taylorismo, cede espaço em benefício de estruturas organizacionais descentralizadas e fragmentadas que operam em escala planetária, sensíveis às ofertas mais vantajosas de cada país em termos de instrumental tecnológico, recursos primários, mão-de-obra qualificada (e barata) e apoios governamentais de várias ordens (fiscais e tributários).

Segundo, a dita sociedade pós-industrial exhibe características peculiares no que diz respeito à geração de riqueza: o modelo da produção de bens tangíveis é progressivamente substituído pelo de bens intangíveis, notadamente pelo setor de serviços, onde a manipulação de símbolos, valores e visão de mundo torna-se muito mais crítica do que a manipulação convencional de matérias-primas “sólidas”. Quer dizer, a atividade industrial vem demonstrando sinais de regressão quando comparada à capacidade econômica do setor de serviços. Atualmente, o setor das chamadas *creative industries*, por exemplo, um termo que sucede às clássicas indústrias culturais, vem despertando fortemente a atenção de especialistas e empreendedores devido à combinação que ali se observa entre criatividade e iniciativa individual, valores econômicos, novas ofertas de serviços e peculiares arranjos organizacionais.

Em terceiro lugar, e paralelamente às transformações nas matrizes de geração de riqueza, observamos a emergência de novos arranjos de trabalho, dentre os quais chamam a atenção, principalmente no Brasil, o trabalho de tipo autônomo-informal; o crescimento do trabalho doméstico ou de cuidados à pessoa; os empregos temporários; o crescimento do empreendedorismo, principalmente no formato de pequenas empresas (a despeito de sua elevada taxa de fracasso no país); os trabalhos de consultoria, que incluem desde grandes firmas com vínculos autônomos de trabalho até indivíduos agindo sozinhos e inteiramente dependentes de rede de relacionamento pessoal e conhecimento adquirido; os empregos no chamado mercado virtual, onde a flexibilidade é intensa; e, por fim, o crescimento das formas de sub-emprego, como terceirizações e quarteirizações.

O aspecto convergente nessas transformações é a desinstitucionalização das estruturas tipicamente modernas do trabalho. Sobretudo a partir do início da década de 1970, os movimentos de desburocratização insistem na desmontagem e no desarranjo das antigas burocracias produtivas. Em seu lugar deveriam emergir modelos mais leves e ágeis de organização e produção, em parte como resposta à aceleração da competitividade entre mercados nacionais, os quais começavam a se tornar globais. O alvo é a busca de maior agilidade para as empresas e encurtamento do arco temporal de retorno financeiro aos acionistas, cuja mobilidade de investimento – e pressão por rentabilidade – se intensifica a partir da derrocada do acordo de Bretton Woods, no início da década de 1970.

Naturalmente, o trabalho, como uma instituição social, não ficou imune aos ataques. Primeiro, vieram os ataques promovidos pelo que os teóricos neo-shumpeterianos chamam de novas ondas tecnológicas: a substituição do trabalho humano pelo trabalho realizado por máquinas cada vez mais sofisticadas e por estruturas de comunicação altamente eficazes. Segundo, vieram os ataques políticos de cunho sabidamente neo-liberais: a falência progressiva do Estado previdenciário e seus modelos de regulação, deslocando aos indivíduos a tarefa de cuidar de sua própria “empregabilidade” e ascensão social. Terceiro, as pressões para uma especialização flexível da força de trabalho, pressões essas patrocinadas pelas mudanças nos padrões produtivos e de consumo que passaram a exigir novas competências e desempenho profissional. Em parte, a situação atual do trabalho, na qual se enfatiza sua natureza institucional “fraca”, é conseqüência desses e de outros ataques desinstitucionalizantes pelos quais ele passou ao longo da última metade do século passado.

Enfraquecimento subjetivo

Contudo, é especialmente o segundo aspecto da teoria do enfraquecimento do trabalho em sua versão moderna (industrial) que gostaríamos de enfatizar. Trata-se aqui da extensão do discurso da pós-modernidade à crítica ou desconstrução do vínculo entre trabalho e identidade. O conhecido discurso sobre a “morte” do trabalho, além de abraçar a necessidade de um enfraquecimento institucional generalizado, abraça igualmente um outro tipo de enfraquecimento: o do elo moderno que ligava o trabalho exercido por uma pessoa ao sentido que ela dava de sua própria existência.

O enfraquecimento institucional do trabalho refere-se ao que alguns, inspirados em referenciais marxistas sobretudo, chamam de sua dimensão “objetiva”; quanto ao segundo enfraquecimento, este refere-se particularmente à dimensão “subjetiva” do trabalho. Neste último caso, e sob influência do discurso pós-moderno, o sentido do trabalho teria mudado nas últimas décadas. E uma das mudanças mais relevantes é a diminuição progressiva da importância do trabalho na definição da identidade dos indivíduos, especialmente considerando que a própria noção de identidade é colocada na berlinda na pós-modernidade. Usan-

do novamente a caracterização de Vattimo, é como se o trabalho deixasse de ser a única objetivação possível para o ser, sua única – ou mais privilegiada – forma de revelação.

Entretanto, afirmar que a dimensão subjetiva do trabalho mudou na direção de um enfraquecimento de sua participação na construção da identidade implica em que aceitemos que alguma vez ele tenha desfrutado de uma tal importância, afinal, só se enfraquece algo que uma vez foi forte.

Ascensão e queda do trabalho

De fato, ao considerar o trabalho à luz de uma perspectiva histórica é possível observar que seu sentido, valor e importância subjetivos nem sempre foram os mesmos ao longo da tradição ocidental. Em específico, identificamos três momentos decisivos dessa tradição e que ajudam a explicar sua situação na atualidade: em primeiro lugar, há um período em que o trabalho não possuía uma importância elevada na construção da subjetividade. Isso ocorreu pelo menos ao longo de toda a Antiguidade, passando pela Idade Média até o Renascimento. Nesse período, o trabalho não desfrutava de um *status* prestigiado em si mesmo, estando sempre à margem em relação a valores sociais considerados centrais, como, por exemplo, o cultivo da razão (entre os gregos), o cuidado com a alma e a busca da salvação (entre os medievos) ou a construção estético-artística da própria vida (entre os renascentistas).

Contudo, em um segundo momento – que coincide com a emergência da sociedade industrial –, o sentido e o valor do trabalho são redefinidos ao menos em cinco dimensões importantes. Primeira, o trabalho é rerepresentado como fonte do valor econômico; segunda, como princípio moral, matéria-prima para a modelagem do caráter; terceira, como alvo de investidas ideológicas visando à domesticação e controle dos trabalhadores, em um misto de pregação religiosa e paternalismo industrial; quarta, como atividade construtora do ser e da subjetividade, meio pelo qual o ser humano acessa sua verdadeira essência; e quinta, como contrato social no qual a sociedade pode ancorar seus distintos papéis sociais e coordenar a cooperação e a solidariedade entre seus membros. Essas cinco dimensões, juntas, convergiram para trazer o trabalho ao posto de um dos principais valores políticos, culturais,

sociais e psicológicos durante a vigência da sociedade industrial, nos séculos dezenove e metade do vinte.

Já no terceiro momento da história do sentido do trabalho encontramos alguns aspectos paradoxais. De um lado, o trabalho é enfraquecido, “desmontado”, nas cinco dimensões responsáveis pela sua centralidade na sociedade industrial. Quer dizer, ele é criticado como única fonte do valor econômico; como princípio moral-religioso e base do caráter; como ideologia, na medida em que os trabalhadores, eles próprios, são agora controlados de outras formas e em outros campos que não apenas pela empresa; como atividade privilegiada na oferta de significados ao ser, na medida em que, como nos adverte Vattimo, na pós-modernidade é radicalizada a “desconstrução” do ser como uma estrutura objetiva que se dá a conhecer em apenas um sentido ou direção (pelo trabalho, por exemplo); e, finalmente, a dimensão contratual do trabalho é questionada com base em novas formas de arranjo social que prescindem da referência central ao trabalho.

De outro lado, e devido a essa série de críticas, a situação do trabalho na atualidade gera perplexidade, pois, ao mesmo tempo em que ele *ainda* é uma das principais vias de acesso à renda e de organização de rotinas sociais e individuais, ele já não apresenta suas antigas características “fortes”. Assim, a perplexidade ocorre porque fomos levados a esperar mais do trabalho do que ele pode nos dar hoje em dia devido à crise “objetiva” de seu modelo de institucionalização (o emprego) e ao próprio questionamento pós-moderno sobre o que significam termos como ser, sujeito e identidade.

Colocando ainda de uma outra forma: a elevação do trabalho como categoria objetiva e subjetiva chave fez com que os indivíduos, em um certo momento da história, precisamente na sociedade industrial que vigorou até pelo menos a metade do século passado, o considerassem como um referente importante – senão o principal – para a definição de suas identidades. Isso ocorria porque um arranjo institucional, econômico, social e até epistemológico (do qual a teoria marxista é o exemplo mais notável) dava ao trabalho um *status* dominante. Com o enfraquecimento ou desmontagem dessa posição central do trabalho, e com a crítica pós-moderna à própria noção de identidade – da qual a crítica heideggeriana de Vattimo ao conceito de “ser” é apenas um exemplo – o sentido do trabalho na definição da identidade se enfraquece ao mesmo tempo.

O paradoxo que temos diante de nós é então o seguinte: como conviver com a insegurança no campo do trabalho e com sua conseqüente incapacidade de nos oferecer um porto seguro na definição de nossas identidades? Como dissemos a pouco, na tradição ocidental fomos levados a nos perceber mediante o trabalho que realizamos; mas, paradoxalmente, agora parece ser a insegurança e a ambigüidade que caracterizam nossa experiência com ele. Atuando em conjunto, o discurso pós-moderno do fim das certezas, dos fundamentos e das verdades últimas e as investidas anti-burocráticas e desinstitucionalizantes das empresas pós-industriais e seu modelo de trabalho-emprego, geram problemas complexos no campo da construção das subjetividades pós-modernas. Mal-estar, insegurança e medo são apenas alguns dos exemplos de sintomas mais comuns da relação homem-trabalho em nossos dias.

Ambigüidade e insegurança do trabalho

A reflexão anterior sobre o enfraquecimento objetivo-institucional e subjetivo-identitário do trabalho nos posiciona, ao mesmo tempo, a favor e contra os adeptos da teoria da “morte” do trabalho. De um lado, adeptos porque de fato as mudanças no campo das instituições modernas envolvidas com o trabalho são inegáveis; de outro, contra, pois o trabalho simplesmente não desapareceu: ele não deixou de ter sua importância na determinação de nossas vidas, quer do ponto de vista de obtenção de renda e de acesso ao consumo, quer do ponto de vista da construção de nossa subjetividade, de nossa identidade – mesmo que uma identidade “parcial”, quer dizer, uma identidade profissional, já que se tornou comum, na pós-modernidade, falar de várias identidades ou de repertório de identidades (ou seja, de identidade no plural).

Em nosso ponto de vista, apreenderemos melhor a perplexidade envolvida com a situação presente do trabalho se conseguirmos tratar, ao mesmo tempo, o duplo enfraquecimento, objetivo e subjetivo, do trabalho em condições pós-industrias e pós-modernas. Nesse sentido, estamos de acordo com Vattimo quando ele afirma que a declaração nietzschiana de que “Deus está morto”, ou então a advertência de que a aventura metafísica chegou ao fim, não é suficiente para apagar os vestígios deixados por milênios de pensamento me-

tafísico. Vattimo sugere “revisitar” essa tradição com novos olhos e novos propósitos, até o momento em que talvez possamos finalmente descartá-la por completo.

Transportando isso para a problemática do trabalho, diremos que, ainda contra os adeptos da morte do trabalho, não podemos negligenciar, irresponsavelmente, a longa tradição ocidental, notadamente a erigida durante os dois últimos séculos, que tornou o trabalho uma das principais vigas de sustentação das sociedades burguesas e também, e mais importante ainda para nossos propósitos, da imagem que fazemos de nós mesmos como sujeitos humanos. Hannah Arendt já havia intuído este ponto quando, há quase cinco décadas, se indagava: é possível imaginar algo mais nefasto do que uma sociedade de trabalhadores sem trabalho?

Nosso propósito neste livro é explorar a situação do trabalho na atualidade de tal forma a reconhecer seu enfraquecimento na definição de nossas identidades, ao mesmo tempo em que insistindo que não é a seu desaparecimento completo que assistimos, mas sim à sua ambigüidade. Tal ambigüidade apresenta-se na pluralidade de sentidos do trabalho na atualidade, na dificuldade em estabelecermos uma relação direta entre ele e a constituição de nossas identidades e na amplitude de teorias e explicações sobre seu valor e importância. A ambigüidade é um aspecto característico do enfraquecimento e da permanência do trabalho em nossas vidas e na de nossas sociedades.

Especificamente, nosso objetivo é efetuar um estudo histórico do sentido e do valor do trabalho, examinando a variação desse sentido ao longo tempo, desde um contexto em que o trabalho possuía um valor marginal até sua centralidade na modernidade industrial e declínio, ou desmontagem, na pós-modernidade. Em seguida, pretendemos indagar as conseqüências dessa desmontagem do ponto de vista da construção das subjetividades e identidades pós-modernas.

Por fim, nossa intenção é defender o argumento de que talvez *ainda* não sejamos tão pós-modernos quanto às vezes nos declaramos, pois a ausência de fundamentos e certezas, particularmente em relação ao trabalho, em vez de nos trazer liberdade e autonomia, pode gerar o que vamos aqui denominar de insegurança ontológica, ou seja, a incapacidade de encontrar e desenvolver uma narrativa identitária compatível com um ambiente social altamente inseguro e ilegível.

A insegurança ontológica, como veremos, é um fenômeno correlato ao fim das certezas metafísicas e à crise da individualidade moderna (da noção de “eu” moderna, com sua correspondente forma identitária), bem como ao enfraquecimento do trabalho como uma dimensão objetiva e “segura” da existência humana. Tendo de viver às voltas com o risco, o abandono ou não-reconhecimento do “outro” (da empresa, do gestor, dos pares etc.), as possibilidades que se abrem aos indivíduos são a construção ativa de si mesmo, a paralisia niilista da ação ou o recurso a estratégias individuais de sobrevivência psíquica com custos nem sempre desprezíveis. No limite, o que está em jogo neste livro é uma reflexão sobre o grau em que podemos nos declarar “pós-modernos” em relação ao trabalho, mas possivelmente também em um sentido mais geral.

A estrutura do livro

Este livro está dividido em quatro partes. Na primeira analisamos a herança ocidental do trabalho, notadamente aquela formada no período antigo, entre os filósofos da Grécia antiga, depois na Idade Média, sobretudo com o cristianismo e, finalmente, no movimento humanista no Renascimento. A finalidade desta parte do livro é mostrar que não encontramos, no período analisado, referências no sentido de fazer o trabalho um tema de importância capital, fato que só ocorreria mais tarde, com a emergência da sociedade industrial e com as teorizações de grandes cientistas sociais sobre o tema. Encerramos esta parte com um capítulo de transição, no qual analisamos o papel da reforma protestante como primeiro grande estímulo à elevação do valor do trabalho.

Na segunda parte investigamos o modo como o trabalho foi elevado a uma categoria-chave. Identificamos, nos capítulos que compõem essa parte, os novos sentidos que foram associados ao trabalho e que contribuíram para sua centralidade: em primeiro lugar, um sentido econômico; em segundo, um sentido ético-religioso ou moral; um sentido ideológico; um sentido filosófico-ontológico; e, por último, um sentido contratual. Estes cinco sentidos do trabalho convergiram para rerepresentar seu valor, importância e finalidade na história do ocidente. Mostraremos, nesta parte, que a contribuição de autores como Adam

Smith, Max Weber, Karl Marx e Émile Durkheim foi decisiva para a construção moderna do sentido do trabalho.

Já na terceira parte nossa meta é analisar como as cinco bases da centralidade moderna do trabalho começaram a ser desmontadas ou enfraquecidas ao longo da segunda metade do século vinte. A consequência dessa desmontagem é uma nova redefinição do sentido e do valor do trabalho, tanto em sua dimensão objetiva-institucional quanto, e principalmente, no seu papel na construção da subjetividade e das identidades. Em cada capítulo que integra esta parte analisamos uma linha de ataque à centralidade do trabalho: a crítica da teoria do valor-trabalho; a crítica à ética protestante que influenciou por longo período da história o valor do trabalho na cultura ocidental; a crítica ao conceito marxista de alienação e a redefinição e pluralização do sentido (subjetivo) do trabalho; e o declínio do modelo contratual do trabalho provocado pelo crescimento de processos culturais de individualização e de busca de excelência e performance individuais.

Por último, na parte quatro discutimos mais detidamente o que acontece quando os modelos objetivos de institucionalização do trabalho e sua participação na construção da subjetividade já não são mais “fortes” como no período industrial moderno. Os três capítulos desta parte buscam retratar a situação contemporânea do trabalho, especialmente sua ambigüidade, fragmentação e privatização. Mostramos que existem vários *ethos* do trabalho na atualidade e que nenhum deles esgota a questão de seu sentido. Pelo contrário, a coexistência desses vários *ethos*, associada a um enfraquecimento institucional, leva à emergência de um fenômeno que estamos aqui denominando de insegurança ontológica.

Esse tipo de insegurança é fruto de uma dificuldade de os indivíduos construírem uma narrativa identitária compatível com um ambiente social caótico e inseguro no qual há intensas apelações à ação individual sem assistência (quer dizer, o indivíduo é obrigado a agir praticamente sozinho). Esta parte, e de resto o livro, são encerrados com uma apreciação crítica de formas de resposta a essa insegurança ontológica e com um questionamento sobre o quanto podemos nos arrogar “pós-modernos” em matéria de trabalho, ou sobre se esse mesmo “pós-modernismo” do fim da certezas não poderia, talvez, consistir de uma nova ideologia legitimadora dos movimentos desinstitucionalizantes presentes nas organizações modernas em seu culto dos resultados.

Agradecimentos

Este livro é uma versão modificada de minha tese de doutorado em Psicologia Social no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Gostaria de expressar aqui meus agradecimentos ao Sigmar Malvezzi, meu orientador, e a todas as pessoas que contribuíram com críticas e sugestões a este trabalho ao longo das várias fases de seu desenvolvimento. Em particular, aos professores Peter Keven Spink, Marie Jane Spink, Luiz Cláudio Figueiredo, Thomaz Wood Jr., Sylvia Leser de Mello, Antônio José Romera Valverde, Leny Sato e Geraldo José de Paiva. Menciono também o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, nas fases iniciais deste projeto.